

**Linguagem Culta x Linguagem Popular nas Aulas de Língua Portuguesa da
Educação de Jovens e Adultos – EJA: Desafios e Possibilidades**

**Cult Language x Popular Language in the Portuguese Language Classes of Youth
and Adult Education - EJA: Challenges and Possibilities**

Ana Márcia Ribeiro de Miranda Macedo¹

Edsom Rogério Silva²

Jair Severino do Nascimento³

Universidade Federal do Tocantins

Resumo: O presente artigo busca demonstrar de que forma os professores de língua portuguesa intermediam a relação entre a língua entendida como culta e a linguagem popular no ambiente de sala de aula, em turmas de Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, no Município de Palmas - TO. Para tanto, procura-se identificar se os professores reconhecem a linguagem popular como modalidade que deve ser prestigiada enquanto variante linguística; que concepções expressam sobre o ensino de língua portuguesa e quais suas práticas de ensino em sala de aula relacionadas à problemática aqui analisada. Para tal, a pesquisa em questão apoia-se nos referenciais da Sociolinguística, da Etnolinguística e também em pesquisa de campo realizada com professores de uma escola pública da referida capital.

Palavras-chave: Linguagem culta; linguagem popular; preconceito linguístico; papel do professor.

Abstract: This article aims to demonstrate how Portuguese language teachers intermediated the relationship between the language understood as cultured and the popular language in the classroom environment, in high school classes, in the Youth and Adult Education modality, EJA, in the Municipality of Palmas – TO. For this, it is sought to identify if the teachers recognize the popular language like modality that must be presumed as a linguistic variant; what conceptions express about the teaching of Portuguese language and what their teaching practices in the classroom related to the problem analyzed here. For this, the research in question is based on the references of Sociolinguistics, of Ethnolinguistics and also on field research carried out with teachers of a public school of said capital.

Key-words: Cultured language; popular language; linguistic prejudice; role of the teacher.

Submetido em 22 de novembro de 2018.

Aprovado em 15 de janeiro de 2019.

Introdução

¹ Mestre em Letras pela UFT, Campus de Porto Nacional. E-mail: ana_marcia@hotmail.com

² Graduado em Letras, especialista em Cidadania e Cultura e mestre em Letras pela UFT. E-mail: professoredsom@gmail.com

³ Mestrando em Letras pela UFT, Campus de Porto Nacional. E-mail: jairjlnascimento@hotmail.com

Por meio da comunicação o homem se expressa e comunica ideias, interpreta e usufrui as produções culturais em seus mais distintos contextos, atendendo a diferentes intenções e situações de interação social. O domínio da linguagem como atividade discursiva e cognitiva e o domínio da língua como sistema simbólico, utilizado por uma comunidade linguística, são condições que possibilitam o exercício da cidadania. Os homens se comunicam, têm acesso a informações, expressam, partilham e constroem visões do mundo, isto é, produzem cultura, e por meio das linguagens, em suas diferentes formas, tudo isso pode ser compartilhado.

De acordo com Bakhtin, “todos os campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (BAKHTIN, 2003, p. 28). Desse modo, a comunicação vem, através dos tempos, desempenhando papel primordial no sentido de propiciar o contato entre os seres humanos e, a partir desse contato, possibilitar o desenvolvimento do meio no qual se está inserido. A todo instante temos acesso a informações dos mais diversos tipos e, toda forma de interação humana ocorre por meio da comunicação, seja ela em que modalidade for. Tal fato reforça a necessidade de se ter domínio de diferentes meios comunicativos, pois, em um mundo no qual o conhecimento é a força motriz que alavanca o processo evolutivo, não compreender o outro ou não fazer-se compreendido pode acarretar a exclusão social nas suas mais variadas formas.

Frente a esse cenário, o professor de língua portuguesa enfrenta um enorme desafio. Se por um lado, há a exigência do domínio da variante culta da língua como mecanismo de interação nos meios socialmente mais prestigiados, por outro, ele precisa considerar todo um histórico sociocultural que constitui a identidade dos envolvidos e que precisa ser respeitado e valorizado. Assim, mediar esse campo de conflito linguístico, em especial em um contexto de terceiro ano do ensino médio da Educação de Jovens e Adultos, (EJA), é uma tarefa de grande importância frente às exigências de um sistema educacional que ao mesmo tempo precisa dar conta dos aspectos sociológicos da formação de seus alunos, tais como formação humana integral e aspectos da cultura local, diversidade, entre outros, sem, contudo, desconsiderar as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e de uma sociedade complexa, com diversificadas exigências e possibilidades.⁴

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio na modalidade EJA, em seu texto introdutório afirmam que “o respeito à diversidade é o principal eixo da

⁴ Sobre as possibilidades de ensino, veja Silva (2017).

proposta” (PCNs 2000, p. 4). Ainda nesse sentido, o mesmo documento salienta também sobre o uso dos sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meio de organização cognitiva, já que toda linguagem carrega dentro de si uma visão de mundo e significações que vão além do aspecto formal, pois, caso contrário, desvincula o aluno do caráter social da linguagem. Assim sendo, observamos que:

No estudo da linguagem verbal, a abordagem da norma padrão deve considerar a sua representatividade, como variante linguística de determinado grupo social, e o valor atribuído a ela, no contexto das legitimações sociais. Aprende-se a valorizar determinada manifestação, porque socialmente ela representa o poder econômico e simbólico de certos grupos sociais que autorizam sua legitimidade. (PCNs, 2000, p. 7)

Dessa forma, todo o conhecimento trazido pelo sujeito deve ser levado em consideração. Em outras palavras, a variante considerada de menor prestígio (a linguagem popular) representa um grupo social que, por várias razões, não teve acesso à educação formal, mas que tem sua história, sua identidade, seu valor e não deve ser desvalorizado socialmente, pois tais características constituem a cultura de um povo. Ainda de acordo com os parâmetros, especificamente no segmento “Competências e habilidades a serem desenvolvidas em língua portuguesa, temos a recomendação de que uma das competências é a de que é necessário “Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes manifestações da linguagem verbal”. (PCN’S, 2000, p. 21). Nesta mesma perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, no que diz respeito ao Ensino Médio, trazem o seguinte texto:

Tendo em vista que a função precípua da educação, de um modo geral, e do Ensino Médio – última etapa da Educação Básica – em particular, vai além da formação profissional, e atinge a construção da cidadania, é preciso oferecer aos nossos jovens novas perspectivas culturais para que possam expandir seus horizontes e dotá-los de autonomia intelectual, assegurando-lhes o acesso ao conhecimento historicamente acumulado e à produção coletiva de novos conhecimentos, sem perder de vista que a educação também é, em grande medida, uma chave para o exercício dos demais direitos sociais. (DCN, BRASIL, 2013, p. 145)

Assim, fica claro nos documentos oficiais que norteiam o ensino na modalidade em questão o fato de que as perspectivas culturais, dentre elas as variações linguísticas precisam ser estudadas, compreendidas e respeitadas no contexto de sala de aula e a aula de língua portuguesa, por trabalhar diretamente com aspectos comunicativos da sociedade, muito pode contribuir nesse processo.

Desta maneira, a partir dos pressupostos da Sociolinguística e em uma abordagem etnográfica, o presente artigo procura mostrar se, no contexto analisado, o professor de língua portuguesa tem se atentado para a importância de se trabalhar a questão da variação linguística e do preconceito linguístico, propiciando uma maior compreensão dos conceitos de linguagem popular, normalmente utilizada pelos alunos, e da variante culta, utilizada nos contextos sociais de maior prestígio. Como metodologia, a pesquisa utilizou-se de revisão de literatura e também de pesquisa de campo, por meio de questionários com questões fechadas e abertas, aplicados a professores de língua portuguesa, atuantes em uma escola pública de Palmas.

1. A Sociolinguística e a Etnolinguística

Língua e sociedade são elementos diretamente relacionados, de modo que seria difícil imaginar um sem o outro, visto que ao mesmo tempo em que a língua existe em função da sociedade, ela também pode exercer influência sobre esse mesmo contexto social. Assim, o foco de estudo da Sociolinguística é a língua, a cultura e de que forma esses elementos se relacionam nas manifestações sociais. É em sociedade que ocorre a interação entre falantes e, por meio dessa interação surge a necessidade das adaptações, das adequações influenciadas por fatores diversos. A esse processo dá-se o nome de condicionamento linguístico ou condicionamento social da linguagem.

De acordo com Labov (1969), a mudança linguística ocorre em função de pressões sociais que podem ser observadas e descritas. Desta forma, a Sociolinguística pesquisa as variações linguísticas de um povo levando em consideração as particularidades que caracterizam o contexto e os condicionantes que de alguma forma atuam nas transformações linguísticas dos segmentos sociais que constituem esse mesmo povo.

Como descrito até aqui, a Sociolinguística, a qual surgiu após debates sobre a língua e a sociedade a partir da segunda metade do século XX, (MARRA e MILANI 2012), analisa a utilização da língua e as mudanças linguísticas a partir do prisma das pressões sociais externas ou internas, ou seja, os condicionadores, ou, como define Coseriu (1978), a sociolinguística tem como objeto de estudo a linguagem e as diferenças linguísticas, considerando-se o contexto e as relações sociais.

Já a Etnolinguística, segundo Coseriu (1978) é diferente da sociolinguística, pois “é o estudo da linguagem em relação com a civilização e a cultura das comunidades falantes” (COSERIU, 1978. p. 5), além de ter uma preocupação com a linguagem, em

particular o léxico. Nesse sentido a linguagem é determinada pelas “coisas” e pelos “saberes relativos às coisas”, abarcando assim o conhecimento empírico. Em outras palavras, o objeto de estudo é a cultura manifestado pela linguagem do falante. Um falante de nível social e cultura erudito elevado não usará termos usuais por sujeitos de cultura de massa. Assim, observa-se que mesmo a linguagem sendo humana e universal, é também individual.

2. Língua e Variação Linguística

Como já mencionado, a língua é o principal mecanismo de interação humana. É através dela que o conhecimento, normas e tradições vão sendo repassados de geração a geração. Assim, como a sociedade está em constante movimento, a língua também se adapta ininterruptamente, adequando-se às exigências que vão surgindo durante o processo de complexificação, porém, tais transformações não acontecem de forma homogênea, ao contrário, é um movimento complexo e heterogêneo, formado pelos mais diversos grupos, situados em diferentes contextos sociais e culturais. Em função dessa heterogeneidade, as condições de utilização da língua podem ser também muito variadas, o que acaba por desencadear os processos conhecidos como condicionadores.

Dessa maneira, pode-se afirmar que:

“Os condicionadores, em um caso de variação, são os fatores que regulam, que condicionam nossa escolha entre uma ou outra variante. É o controle rigoroso desses fatores que nos permite avaliar em que tipo de ambiente, tanto linguístico quanto extralinguístico”, uma variante tem maior probabilidade de ser escolhida em detrimento de sua(s) “rival(is)”. (COELHO; GORSKI; MAY; SOUZA; 2015, p. 20)

A existência de tais condicionadores permite concluir que a variação linguística não é aleatória, ou seja, ela não acontece por acaso, uma vez que existem fatores externos e internos que facilitam ou até determinam tais ocorrências. Esses condicionadores podem ser de duas naturezas: linguísticos, quando se relacionam as alterações internas na estrutura da língua, ou seja, alterações do ponto de vista semântico, sintático, etc. e extralinguísticos quando estão relacionados a fatores externos à língua, tais como condição social, faixa etária, grau de escolaridade, etc.

Em decorrência dos condicionadores, surgem as variações linguísticas, que, mesmo sendo perfeitamente compreendidas entre os falantes de um determinado grupo, nem sempre são prestigiadas, isto porque assim como existem as classes sociais de maior prestígio, assim também o é quando nos referimos à língua. Desta forma, muitas vezes os

falantes das chamadas normas coloquiais da linguagem acabam sendo vítimas de preconceito linguístico.

Em relação a esse tipo de preconceito, destacamos o que elucida Bagno (2005):

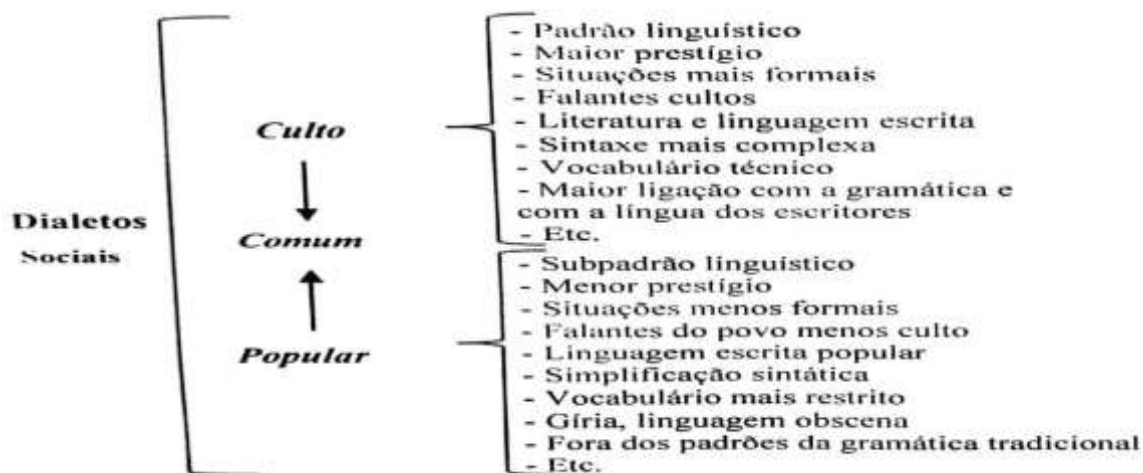
Todo falante nativo de uma língua é um falante plenamente competente dessa língua, capaz de discernir intuitivamente a gramaticalidade ou agramaticalidade de um enunciado, isto é, se um enunciado obedece ou não às regras de funcionamento da língua. Ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar ou respirar (BAGNO, 2005, p. 124).

Apesar de Bagno afirmar a não ocorrência de erros na utilização da língua mãe, sabemos que a sociedade contemporânea é profundamente marcada por desigualdades e estratificação social e, muitas vezes, a própria utilização da língua acaba solidificando ainda mais tais desníveis. Possibilitar o domínio das normas linguísticas com maior prestígio social e ao mesmo tempo conciliar o respeito e a valorização das variações coloquiais é um dos maiores desafios enfrentados por professores de língua portuguesa, principalmente no contexto, objeto do presente estudo.

3. Linguagem Culta X Linguagem Popular

A linguagem, como vista até aqui, é o mais importante mecanismo de interação social desenvolvido pelo homem. Dessa forma, o domínio das diferentes possibilidades de comunicação pode ser compreendido como instrumento de empoderamento social. Nessa perspectiva, as variantes linguísticas mais prestigiadas são quase sempre as utilizadas pelas classes sociais de maior poder aquisitivo. Assim sendo, outras variantes linguísticas, por mais eficazes que sejam, acabam não recebendo o devido prestígio, ou seja, são vistas como formas rudimentares e até marginalizadas na comunicação.

No presente estudo, tomaremos como definição para linguagem culta e popular, o que propõe Preti (2003) no seguinte esquema:



Fonte: quadro extraído de Sociolinguística: Os Níveis de Fala: Um Estudo Sociolinguístico, de Preti (2003, p. 36).

Como apresentado no quadro, a linguagem culta está sempre relacionada aos segmentos sociais de maior prestígio, já a linguagem popular é classificada como fora dos padrões, ou seja, um subpadrão linguístico, e por isso, relacionada a falantes e contextos marginalizados.

Inúmeros são os fatores que influenciam no processo de transformação linguística de um povo, mas nem sempre tais alterações são bem vistas. A grande transformação na concepção de “língua” na sala de aula, no Brasil, ocorreu nos anos 1980 (MARRA, 2008) com a sociolinguística que questionou a ideia de homogeneidade linguística ao inserir a discussão das variedades linguísticas sobre as diferentes modalidades de uso da língua, por exemplo, a oralidade e a escrita, que se estruturam de formas diferenciadas.

No Brasil, por exemplo, temos apenas uma língua oficial, porém, se fôssemos considerar as variações sofridas ao longo desses mais de quinhentos anos de colonização, e as particularidades de cada região ou comunidade de falantes, esse número seria infinitamente maior. Até mesmo a língua oficial, entendida como norma culta padrão muito difere do português trazido pelos colonizadores, à época da chegada dos portugueses ao Brasil. Não é por acaso que até já se cogita a possibilidade da mudança da nomenclatura Língua Portuguesa para Língua Brasileira.

Diante dessa visão negativa em relação às variações, muito se perde, do ponto de vista cultural, isto porque assim como acontece em outros segmentos sociais, a língua

também pode funcionar como elemento de distanciamento entre as classes sociais. Nesse sentido:

Se fôssemos pensar que as pessoas que dizem *craudia*, *chicrete* e *pranta* têm algum “defeito” ou “atraso mental” seríamos forçados a admitir que toda a população da província romana da Lusitânia também tinha esse mesmo problema na época em que a língua portuguesa estava se formando. E que o grande Luiz de Camões também sofria desse mesmo mal, já que escreveu *ingrês*, *pubricar*, *pranta*, *frauta*, *frecha*, na obra que é considerada até hoje o maior monumento literário do português clássico, o poema *Os Lusíadas*. (BAGNO, 1997, p. 40).

Dada a complexidade do assunto aqui abordado, fica evidente a importância do trabalho do professor de Língua Portuguesa no sentido de desfazer preconceitos em relação às variações da língua e àqueles que as utilizam. Cumpre ressaltar que não estamos aqui dizendo que a variante culta padrão não seja importante. Ao contrário. Ela é extremamente importante, porém as outras variantes também o são, visto que realizam a função primordial da língua que é estabelecer comunicação. O que precisa ficar claro é que o domínio da norma culta padrão não deve jamais ocasionar o desprezo pelas demais variantes.

Nessa perspectiva:

Tentar preservar, impor cobrar um padrão de comportamento linguístico único, aristocrático e obsoleto é um projeto que se contrapõe de maneira gritante a toda essa dinâmica da sociedade, da cultura e da língua. Uma sociedade e uma cultura multifacetadas e plurais só podem abrigar uma língua multifacetada e plural. Nossa luta tem de ser pelo reconhecimento, admissão e valorização da diversidade, da variedade e da pluralidade em todas as esferas da vida social, o que nos obriga a uma crítica do atual processo de renovação [...]. (BAGNO, 1993, p. 39).

Conforme exposto por Bagno (1993), a sociedade é dinâmica e multicultural, conseqüentemente, as manifestações culturais, dentre elas, a língua, também assume diferentes características de acordo com as condições de comunicação. Um posicionamento pedagógico que não acate tais características é no mínimo contraditório. Contudo, em função das exigências cada vez maiores, frente a um contexto de mundo globalizado, cabe ao professor, como elucida Bagno (2007), institucionalizar no aluno o princípio do bom senso na utilização da língua. Dessa maneira:

Uma das principais tarefas do professor de língua é conscientizar seu aluno de que a língua é como um grande guarda-roupa, onde é possível encontrar todo tipo de vestimenta. Ninguém vai só de maiô fazer compras num shopping-center, nem vai entrar na praia, num dia de sol quente, usando terno de lã, chapéu de feltro e luvas.” (BAGNO, 2007, p. 130).

Entendemos que provido dos conhecimentos em relação aos mecanismos que regem a norma culta padrão e com a devida formação crítica que permitirá compreender a língua muito além do que preconizam as estruturas e regras gramaticais, o aluno terá condições de posicionar-se enquanto agente de transformação social, minimizando o abismo gerado pelos preconceitos que tanto mutilam a sociedade contemporânea.

4. Percurso Metodológico

De acordo com Coseriu (1978), a Etnolinguística ocupa-se dos fatos linguísticos enquanto saberes acerca das coisas e expressos nas manifestações da cultura de um povo. Ainda nesse sentido, Mattos (2011, p. 50) define “a etnografia como abordagem de investigação científica que traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas, em particular para os estudos que se interessam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sociointeracionais...”. Mattos destaca ainda:

A etnografia é um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo. Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos, não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Os instrumentos de coleta e análise utilizados nesta abordagem de pesquisa, muitas vezes, têm que ser formuladas ou recriadas para atender à realidade do trabalho de campo. Assim, na maioria das vezes, o processo de pesquisa etnográfica será determinado explícita ou implicitamente pelas questões propostas pelo pesquisador. (MATTOS, 2011, p. 50)

Uma sala de aula de EJA, com média de 40 alunos apresenta um universo de particularidades, uma vez que cada um de seus componentes – alunos – traz em si características particulares, resultado de contextos complexos e distintos de existência. Alunos de várias faixas etárias, com diferentes níveis de acesso ao ensino e provenientes de regiões distintas. Frente a tal complexidade, elaborar e aplicar uma aula de língua portuguesa que considere todas essas variantes e atenda as imposições sociais para a atuação da escola é uma tarefa muito complexa e, ao mesmo tempo de extrema importância para a formação das habilidades comunicativas dos alunos envolvidos.

Assim, diante de tal contexto, a pesquisa aqui proposta, de cunho etnográfico, foi realizada com quatro professores de Língua Portuguesa que trabalham em uma escola CEM-Centro de Ensino Médio da rede estadual, no turno noturno, na periferia de Palmas, no Estado do Tocantins. Esses professores ministram aulas na modalidade EJA-Educação de Jovens e Adultos, na 3ª série do Ensino Médio. Dois professores atuam na educação básica há três anos, um tem treze anos de trabalho e o último dezessete anos.

Cumpramos ressaltar que a pesquisa em análise, tem como objetivo, verificar se os professores reconhecem e ensinam a linguagem popular como variante linguística, e em caso afirmativo, como se dá tal abordagem.

O instrumento utilizado foi um questionário individual contendo dez questões, sendo que seis são abertas e quatro fechadas.

5. Análise dos Dados

As questões foram respondidas integralmente pelos professores informantes. Identificados como P1, P2, P3 e P4, todos eles, como já mencionado, com vasta experiência em sala de aula, fato esse que garante maior segurança em relação aos dados obtidos. Sendo assim, começamos com a análise dos questionários:

Pergunta 01: Há quantos anos você ministra aulas de Língua Portuguesa?

17 anos (P1), 13 anos (P2) e 03 anos (P3 e P4).

Essa primeira pergunta mostra a quantidade de tempo que os docentes atuam no ensino de Língua Portuguesa. Percebe-se com isso que dois têm mais experiência e dois menos tempo de atuação, porém, três anos já é um tempo consideravelmente expressivo.

Pergunta 02: Qual variante da linguagem seus alunos mais utilizam durante as aulas de língua portuguesa?

Língua popular, usada sem preocupação com as regras da gramática normativa; uso de gírias; variante espontânea; presença de coloquialismo; etc. (P1, P2 e P3).

Língua culta e popular (P4).

Nessa questão precisamos esclarecer que a linguagem culta, de acordo com o questionário, é aquela (usada nas situações formais como na escrita; ausência de gírias; variante prestigiada; maior preocupação com a adequação gramatical; etc.). Além disso, percebe-se que, embora a maioria dos informantes disse que os alunos utilizam a língua popular, houve um entrevistado (P4) que afirmou que os discentes utilizam tanto a língua culta como a popular. Dessa forma, observamos que, dependendo da situação, o aluno troca a linguagem e isso se deve a fatores como classe social, situação comunicativa ou nível de escolaridade.

Pergunta 03: Qual linguagem você trabalha nas aulas de Língua Portuguesa? Por quê?

Linguagem culta e popular. Utilizo a norma culta preparando-os para os exames e para o trabalho, utilizo ainda a linguagem popular em análise de texto, mostrando que em nossa língua existem variantes que devem ser respeitadas como forma de comunicação (P1).

Linguagem culta e popular. Porque o estudante precisa ter contato com as duas variantes e saber diferenciá-las, de acordo com o seu contexto (P2).

Linguagem culta e popular. A língua culta é trabalhada, pois a escola é o lugar mais adequado para aprendê-la e a língua popular não deve ser desprezada, pois é uma realidade na vida de todos (P4).

Linguagem culta. Utilizo a norma culta mesmo causando estranheza para os alunos, com o propósito de tirá-los do uso informal da língua (P3).

As respostas a essa pergunta apontaram, acima de tudo, para os grandes desafios que norteiam a rotina diária do professor de Língua Portuguesa, principalmente da escola pública, haja vista que nem sempre é uma tarefa fácil ensinar e diferenciar as variedades da língua. Observa-se isso na resposta do P3, já que para ele o uso da formalidade é a única e melhor forma de trabalho com a língua. Assim deixa de considerar as diferentes variantes usadas pelos alunos, fato esse que pode até vir a solidificar ou intensificar as situações de preconceito linguístico.

O preconceito linguístico é mais precisamente o julgamento depreciativo, desrespeitoso, jocoso e, conseqüentemente, humilhante da fala do outro (embora o preconceito sobre a própria fala também exista). O preconceito linguístico tem a ver, essencialmente, com a língua falada. Então, quando estamos falando de preconceito linguístico, não estamos pensando na escrita, que decorre do ensino formal, não e dada por natureza, como e a capacidade de adquirir uma língua em circunstâncias naturais, sem ensino formal, e a sua efetiva aquisição: não se conhece nenhum ser humano que, inserido no seio da comunidade, não tenha adquirido um sistema linguístico e que dele não seja senhor absoluto. (SCHERRE, 2008, p.12).

Assim, percebemos que o termo preconceito não se refere somente às rejeições sociais, raciais ou de gênero, que depreciam a imagem ou opção de alguém, mas também em relação à linguagem, fator esse que está inserido no cotidiano das pessoas, essencialmente na língua falada.

Pergunta 04: Na sua visão, a linguagem popular deve ser trabalhada nas aulas de Língua Portuguesa? Se sim, em quais situações?

Sim. Em textos mostrando as variantes linguísticas existentes e que também devem ser respeitadas, como forma de comunicação entre grupos e comunidades. (P1).

Sim. Porque assim como o estudante, o professor também faz uso constante da linguagem popular, mas só em situações mais informais da comunicação. (P2).

Sim. Por exemplo, numa oficina de Cordel. (P4)

Não. (P3)

Referindo-se a essa pergunta, semelhante a anterior, notamos que as respostas também são parecidas quanto aos informantes. O discurso do informante P3, assim como anteriormente, mostra que a gramática tradicional ainda domina o ensino de Língua materna nas escolas e isso Bagno (2007) chama de *círculo vicioso de preconceito*

linguístico. Segundo o referido autor, tal círculo é formado pela união de três elementos que são a *gramática tradicional*, os *métodos tradicionais de ensino* e os *livros didáticos*.

A gramática tradicional inspira a prática de ensino, que por sua vez provoca o surgimento da indústria do livro didático, cujos autores — fechando o círculo — recorrem a gramática tradicional como fonte de concepções e teorias sobre a língua. (BAGNO, 2007, p. 73)

Assim sendo, a gramática tradicional, em sua vertente normativo-prescritivista, ainda está forte no ensino de língua materna nas escolas, como é visto nos livros didáticos, no entanto, já houve modificações, se levarmos em consideração às respostas dos entrevistados P1, P2 e P4.

Pergunta 05: Em quais situações você acha que se deve usar a linguagem culta?

Em todas as situações comunicativas específicas (Na sala de aula com os alunos, em entrevista de emprego, com o chefe no trabalho). (P1, P2, P3 e P4).

Pergunta 06: Geralmente, em quais situações pode-se usar a linguagem popular?

Em situações comunicativas informais. (com os irmãos, pais, amigos, com o vizinho). (P1, P2, P3 e P4).

Pergunta 07: Na sua visão, a Língua Portuguesa brasileira apresenta variações?

Sim. (P1, P2, P3 e P4).

Continuando a análise percebemos que os professores entrevistados foram unânimes, a respeito dessas três questões, por isso faremos a observação delas concomitantemente. Vale destacar que o referido questionário enfatiza as características da fala e isso varia, dependendo da comunidade na qual a pessoa está inserida. Outro fator que se deve considerar é a conscientização e conhecimento dos profissionais que trabalham a Língua Portuguesa em relação ao conhecimento das variedades linguísticas, pois o que se observa é que, com exceção do informante (P3), mesmo trabalhando a gramática normativa e a variante culta da língua, reconhecem a importância e dinamizam as aulas com as variantes da língua.

Observam-se ainda que as práticas pedagógicas adotadas variam de profissional para profissional e o exercício da tolerância ao preconceito linguístico (BAGNO, 2007) têm se tornado mais presente nas na sala de aula, isso considerando-se épocas anteriores, como por exemplo a década de 60, durante a Ditadura Militar. Além disso, (PRETI, 1974) afirma que a língua é o meio primordial de comunicação, independente da comunidade que as pessoas estão inseridas, porque isso as mantém unidas e essas variações só ocorrem

porque são “autorizadas” pelo sistema (pela *langue*). Nesse contexto, destaca-se um comportamento da manutenção da unidade linguística.

[...] sabemos que, a partir do instante em que a comunidade aceita uma língua como meio primordial de comunicação, toda e qualquer variação lhe será prejudicial, motivo pelo qual a tendência é manter sua *unidade*, colaborando todos, consciente e inconscientemente, no sentido de sua nivelção, pois dessa maneira a compreensão será mais fácil, e a própria integração do indivíduo na cultura comum se dará com mais facilidade. (PRETI, 1974, p. 27)

Assim fica evidente que os professores precisam trabalhar com essas discrepâncias da língua, já que ela é ao mesmo tempo dinâmica, ou seja, adaptativa, mas também carrega consigo a representação cultural de um povo. Assim, equilibrar as exigências relacionadas ao domínio da utilização da língua em diferentes contextos e o respeito às diversas manifestações presentes em uma sala de aula, e ainda considerar a tendência evolutiva da língua, é sem dúvida um grande desafio, exigindo empenho e criticidade por parte dos profissionais de ensino da língua portuguesa.

Pergunta 08: Você já trabalhou a temática das variações linguísticas em sala de aula? Se sim, explique como.

Sim. Em conteúdos de Língua Portuguesa que tratavam da linguagem regional e suas variantes (P1).

Sim. Já trabalhei o conteúdo de variações linguísticas onde especifiquei as variações de cada região do Brasil, pois os alunos não percebiam o quanto a língua é diversificada (P2).

Sim. Durante todo o tempo de minhas aulas, com a Língua Portuguesa, falo das variações linguísticas para convencê-los da importância de saber usar a norma culta da língua em momentos certos (P3).

Sim. Esse tema foi trabalhado levando em consideração os grupos sociais, os regionalismos, as situações comunicativas etc. (P4).

Os depoimentos demonstram que os informantes consideram relevantes as variações da língua, devido às diferenças lexicais, morfológicas, semânticas, pois em uma mesma língua, um mesmo vocábulo pode ser pronunciado de formas diferentes. Essas disparidades da língua são chamadas por (BELINE, 2003) de diatópicas, ou seja, que se referem ao local geográfico do falante; diafásicas, que dizem respeito à situação (mais formal ou mais informal) em que se está falando, além das variações diastráticas, que são as variações que acontecem em razão da convivência entre os grupos sociais, além da variação histórica. Jargões e o linguajar “caipira” ou as gírias são alguns exemplos de variação linguística e que, resumindo, são as transformações pelas quais a língua passa ao longo do tempo.

Pergunta 09: Você corrige quando seus alunos falam fora do padrão exigido pela linguagem culta? Explique.

Não. Às vezes faço comentários utilizando o mesmo contexto de forma correta (P1)
 Sim. Porque eles precisam aprender a norma culta também, porque a norma popular eles já sabem (P2).
 Sim. Corrijo como forma de fixação da importância do uso da norma culta padrão da língua e também para saberem as diferenças entre formal e informal na língua. (P3).
 Não. Porque as pessoas aprendem com o exercício da leitura, quando veem a necessidade de usar a língua no meio social (P4).

Dando continuidade à análise, notamos que há uma divisão entre os informantes. Dois disseram que corrigem, dando ênfase que os alunos precisam também saber a norma culta e dois afirmaram que não, justificando que os discentes aprendem com a atividade da leitura e nas situações que utilizam a língua.

Pensando nisso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000) afirmam que toda linguagem carrega dentro de si uma visão de mundo, cheia de significados e significações que vão além do aspecto formal. Por isso, “no estudo da linguagem verbal, a abordagem da norma padrão deve considerar a sua representatividade, como variante da língua de um determinado grupo social (...)” (BRASIL, 2000, p. 7). Assim, o professor de Língua portuguesa ao impor para o aluno o ensino tradicional da língua, induz a ideia negativa de que a língua portuguesa é difícil. Por isso, ele deve propiciar ao aluno um ambiente em que este possa opinar, defender seus pontos de vista, respeitando opiniões diferentes, com o objetivo de dominar a linguagem, tornando-se um cidadão competente nas diversas situações comunicativas.

Pergunta 10: Você trabalha a diferença entre linguagem culta e popular em sala de aula? Se sim, por qual razão?

Às vezes. Os alunos precisam entender que a linguagem popular deve ser respeitada como variante de cada região e não como erro no processo de comunicação (P1).
 Sim. Para que os alunos percebam a diferença e queiram praticar a norma culta em várias situações da sua vida como: entrevista de emprego, na redação, etc. (P2).
 Sim. Trabalho constantemente durante as aulas, com o propósito de deixar os alunos conhecedores da distinção entre linguagem culta e popular (P3).
 Sim porque é importante o aluno saber quando se deve empregar uma ou outra linguagem. (P4).

Pelas respostas dadas, percebemos que a maioria dos entrevistados trabalha as diferenças da língua. No entanto, vale destacar aqui que, mesmo esclarecendo tais discrepâncias é necessário que o professor de Língua Portuguesa mostre que é preciso senso crítico nas escolhas linguísticas feitas pelos alunos. Isso vai ao encontro com o que afirma Bagno:

Algumas pessoas me dizem que a eliminação da noção de *erro* dará a entender que, em termos de língua, *vale tudo*. Não é bem assim. Na verdade, em termos de língua, *tudo vale* alguma coisa, mas esse valor vai depender de uma série de fatores. Falar gíria vale? Claro que vale: no lugar certo, no contexto adequado, com as pessoas certas. E usar palavrão? A mesma coisa. (BAGNO, 2007, p. 128, 129).

Por meio da presente pesquisa fica evidenciado que ainda existem muitas dúvidas em relação ao que se deve ou não ensinar nas aulas de língua portuguesa. Tal fato pode ser evidenciado na fala do informante (P3) que, ao ser questionado sobre qual variante da linguagem trabalhava em sala de aula, (questão 03) foi categórico em dizer “Utilizo a norma culta mesmo causando estranheza para os alunos, com o propósito de tirá-los do uso informal da língua”, porém, no decorrer da entrevista foi deixando claro que também trabalhava a variante popular, como acontece na resposta à questão de número 10: **Você trabalha a diferença entre linguagem culta e popular em sala de aula? Se sim, por qual razão?** “Trabalho constantemente durante as aulas, com o propósito de deixar os alunos conhecedores da distinção entre linguagem culta e popular”. Assim, fica clara a existência de divergências entre discurso e prática docente.

Considerações Finais

A sala de aula é um ambiente complexo e heterogêneo. Dessa maneira, o que se pretendeu aqui foi tentar demonstrar, mesmo que de forma sucinta e breve, que muito ainda precisa ser feito, principalmente no que diz respeito ao processo de formação de professores. Por meio do presente estudo foi possível detectar que ainda existem dúvidas e insegurança em relação à forma como o ensino de Língua Portuguesa deve ocorrer. Contudo, foi também possível perceber que há abertura por parte dos professores no sentido de reformularem seus próprios conceitos. O que ficou muito claro é que existe uma grande preocupação em preparar o aluno para enfrentar as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, porém, existe também o esforço no sentido de que o aluno compreenda que a língua é viva e dinâmica, podendo se manifestar de diversas maneiras, dependendo do contexto de utilização.

Conforme discutimos ao longo deste trabalho a língua é o principal sistema simbólico de interação humana. Por meio dela todo um universo de possibilidades torna-se real. Para que se estabeleça interação em contextos comunicativos mais complexos, a língua também adapta-se a esses níveis de complexidade, pois em qualquer contexto, é geradora de possibilidades comunicativas, compartilhamento de significados e produção

de sentidos entre as pessoas, e portanto, nunca pode ser considerada como um puro mecanismo objetivo e formal frente às situações de interação em que ocorre.

Por conseguinte, cabe, ao professor, como orientador e pesquisador, mostrar ao aluno as diversas formas de manifestação, em nosso caso a Língua Portuguesa, fazendo-o entender que cada situação exige sua própria variedade e que é fundamental que ele as conheça para que possa expressar-se adequadamente de acordo com a situação comunicativa que se apresenta.

Por fim, o que se pretendeu no presente estudo não foi criticar as práticas de ensino adotadas pelos colaboradores da pesquisa. O que se buscou foi lançar luzes sobre a transição entre a linguagem popular e o padrão exigido nos meios sociais de maior prestígio e o importante papel do professor frente a esse cenário tão complexo. Espera-se assim contribuir para que as aulas de Língua Portuguesa possam ser ainda mais eficazes na formação do senso crítico dos alunos, de forma que eles compreendam e saibam como se posicionar de forma autônoma frente às exigências da contemporaneidade, sem, contudo perderem sua subjetividade enquanto sujeitos em seu contexto cultural, essência essa que faz da cultura brasileira algo tão diverso e incrivelmente rico.

Referências

BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. *A língua de Eulália*. Novela sociolinguística. São Paulo, Contexto, 1997.

_____. *Português ou brasileiro?* Um convite à pesquisa. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Resolução CNE/CEB 2013.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens*. Secretaria de Ensino Médio. Códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2000.

BELINE, Ronald. *A variação linguística*. In: FIORIN, José Luiz (org.) *Introdução à Linguística – I. Objetos Teóricos*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 121-140.

COELHO, Izete; GÖRSKI, Edair; SOUZA, Cristiane; MAY, Guilherme. *Para Conhecer Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.

COSERIU, Eugênio. *Fundamentos e tarefas da Sócio e da Etnolinguística*. I CONSELHO NACIONAL DE SÓCIO E ETNOLINGUÍSTICA. João Pessoa: UFPB, 1978.

LABOV, William. *The logic of nonstandard English*. Philadelphia. University of Pennsylvania Press, 1969.

MARRA, D. *A Sociolinguística na sala de aula de língua portuguesa: uma investigação historiográfica*. In: I SIMELP: Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. São Paulo, 2008.

MARRA, Daniel.; MILANI, Sebastião. E. *A constituição interdisciplinar da Sociolinguística*. In: VII CONNEPI - Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, 2012, Palmas. Anais do VII CONNEPI, 2012. v. Único.

MATTOS, C.L.G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, C.L.G.; CASTRO, P.A. (Orgs.) *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2.

PRETI, D. *Sociolinguística, os níveis da fala*. São Paulo: Nacional, 1974.

_____. D. *Análise de textos orais*. (Org.) 3. ed. São Paulo: Humanistas, 2003.

SCHERRE, Marta. Preconceito linguístico, variação linguística e ensino. *Caderno de Letras da UFF – Dossiê: Preconceito linguístico e cânone literário*, no 36, p. 11-26, 1. sem. 2008. Entrevista concedida a Jussara Abraçado.

SILVA, E. R. O Ensino Híbrido no Contexto das Escolas Públicas Brasileiras: Contribuições e Desafios. *Porto das Letras*, ISSN 2448-0819, Vol. 03, Nº 01. Jan.-jun., 2017. Disponível em:
<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/4877>.
Acesso em 07 jul. 2019.